



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, DE 2026
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência Social, acerca do aumento expressivo da fila de requerimentos do INSS, com ênfase na demora das perícias médicas, na gestão administrativa do órgão, nas nomeações para cargos comissionados e nas providências adotadas diante de fraudes contra aposentados e pensionistas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Previdência Social, acerca do aumento expressivo da fila de requerimentos do INSS, com ênfase na demora das perícias médicas, na gestão administrativa do órgão, nas nomeações para cargos comissionados e nas providências adotadas diante de fraudes contra aposentados e pensionistas.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) *Qual o número exato de requerimentos pendentes no INSS, mês a mês, desde janeiro de 2023 até a presente data, discriminando: a) benefícios previdenciários; b) benefícios assistenciais; c) requerimentos dependentes de perícia médica.*
- 2) *Quantos segurados aguardam atualmente perícia médica, e qual o tempo médio e máximo de espera, por unidade da federação?*
- 3) *Quantos peritos médicos estão atualmente em atividade no INSS, quantos cargos estão vagos e quais medidas foram adotadas para suprir o déficit existente?*





- 4) *De que forma as alterações legais relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) impactaram a demanda por perícias e análises administrativas, e quais estudos prévios de impacto operacional foram realizados?*
- 5) *Quantos cargos comissionados foram criados ou providos no âmbito do INSS desde janeiro de 2023. Favor encaminhar lista detalhada com a respectiva discriminação de funções, critérios de nomeação e custos envolvidos?*
- 6) *Quais providências administrativas e disciplinares foram adotadas após a identificação de fraudes envolvendo descontos ilegais em benefícios previdenciários, inclusive no que se refere à responsabilização de gestores?*
- 7) *Que medidas emergenciais e estruturais o Ministério da Previdência Social adotou — ou pretende adotar — para reduzir a fila de requerimentos e, especialmente, o passivo de perícias médicas?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Previdência Social, entenda como relevantes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atravessa uma das mais graves crises de atendimento de sua história recente. Dados públicos indicam que, desde o início do atual governo federal, a fila de requerimentos previdenciários e assistenciais mais que triplicou, alcançando cerca de 3 milhões de pedidos represados, em flagrante contraste com compromissos públicos assumidos pelo Poder Executivo de eliminar o passivo acumulado¹.

O quadro é particularmente alarmante no que se refere às perícias médicas, etapa indispensável para a concessão de benefícios como aposentadorias por invalidez, auxílios por incapacidade e o Benefício de

<https://www.contrafatos.com.br/fila-do-inss-triplica-no-governo-lula-e-ministerio-publico-abre-investigacao/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Prestação Continuada (BPC). O volume de cidadãos aguardando avaliação médica ultrapassa a casa de 1 milhão de pessoas, o que significa, na prática, milhões de brasileiros privados de renda mínima e submetidos à insegurança social.

Embora o governo federal alegue redução no tempo médio de concessão de benefícios, tal indicador isolado não é suficiente para afastar a gravidade do problema estrutural, uma vez que o número absoluto de requerimentos pendentes continua em crescimento acelerado. Soma-se a isso a adoção de mudanças legais que ampliaram o acesso a benefícios assistenciais sem a correspondente ampliação da capacidade operacional do INSS, revelando possível falha de planejamento e gestão.

Ademais, causa especial preocupação o recorde de nomeações para cargos comissionados no INSS, muitas delas de natureza política, bem como o fato de que parte desses nomeados passou a ser investigada — e até presa — por envolvimento em esquemas de fraude contra aposentados, com a realização de descontos ilegais diretamente nos contracheques de beneficiários.

Diante desse cenário, e da abertura de inquérito pelo Ministério Público Federal para apurar a demora nas perícias médicas e possíveis responsabilidades da gestão, é dever do Parlamento exercer seu papel constitucional de fiscalização, buscando esclarecimentos objetivos, dados oficiais e providências concretas por parte do Ministério da Previdência Social.

Sala das Sessões, em de , de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

PL/GO

